

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



TCESP fortalece o diálogo

O Tribunal de Contas do Estado concluiu o Ciclo de Debates após passar por 20 municípios. Evento reuniu gestores para abordar temas como responsabilidade fiscal, nova lei de licitações, controle interno e transparência administrativa. **PÁGS.04**



Fim da reeleição em debate

Avança no Senado o projeto que extingue a reeleição e prevê eleições a cada 5 anos. Especialista em direito eleitoral alerta para prejuízos à democracia e ao protagonismo municipal com o fim da alternância entre pleitos locais e nacionais. **PÁG.05**



Luz inteligente nas cidades

Com R\$ 32 bilhões em investimentos, projetos de iluminação inteligente ganham força no Brasil. Além de economia, promovem segurança e conectividade. Municípios menores encontram saídas com consórcios e novos modelos de gestão. **PÁG.06**



Diárias ou adiantamentos?

Em artigo, Dr. Sérgio Ciquera Rossi, do TCESP, analisa a aplicação das diárias e adiantamentos no serviço público, com base na Lei nº 4.320/1964 e na legislação estadual paulista, esclarecendo dúvidas recorrentes sobre o tema. **PÁGS. 10 e 11**

CONEXIDADES

o marca o lugar onde o futuro sustentável começa

É tempo de transformar

Em tempos de tantas urgências, Holambra se torna, por alguns dias, o ponto de encontro de quem escolheu servir ao público com propósito. O Conexidades 2025 não é apenas um evento, é uma pausa consciente para olhar ao redor, ouvir com atenção, trocar experiências e, principalmente, aprender com profundidade. Porque liderar, hoje, é mais do que administrar;

é enxergar longe, agir com coragem e cuidar verdadeiramente das pessoas, do meio ambiente e do futuro. Ao reunir vozes plurais em torno da sustentabilidade, da inovação e da boa gestão, esta edição convida cada gestor a refletir sobre o papel que exerce na construção de um país mais justo e equilibrado. O Brasil que queremos começa nos municípios,

nos pequenos gestos, nas boas escolhas, nos encontros certos.

Um verdadeiro ambiente de conexões, onde o diálogo entre os setores público e privado gera oportunidades concretas



PEC 66 muda gestão fiscal

Municípios poderão parcelar precatórios com base na receita e acessar novos modelos de refinanciamento da dívida. PEC 66 deve trazer mais controle fiscal e ampliar a desvinculação de receitas e fortalecer a segurança orçamentária local. **PÁGS.12 e 13**



Inteligência artificial e saúde

Projeto nacional alia telemedicina, neuromonitoramento e inteligência artificial para prevenir danos neurológicos em recém-nascidos. Modelo da PBSF já beneficiou 16 mil bebês e propõe cuidado neonatal mais proativo e acessível no Brasil. **PÁG.16**



SP lidera em saneamento

Campinas, Limeira, São José do Rio Preto e Franca estão entre os líderes do Ranking do Saneamento. Estudo aponta que investimentos consistentes impulsionam bons resultados e ampliam o acesso a serviços essenciais no interior paulista. **PÁG.18**



Conselho leva soluções ao SUS

Conselho regional impulsiona transformação na saúde municipal com cooperação técnica gratuita. Com atuação em 240 municípios atualmente, CREFITO-3 melhora fluxos assistenciais, amplia equipes e contribui para qualificar o SUS em São Paulo. **PÁG.21**



JORNAL DO INTERIOR

Projeto Gráfico

GEP Comunicação
gepcom.com.br
glaucaia@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo

WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores

Eliria Buso
Jefferson Bote
Cláudia Costa

Departamento Jurídico

Dr João Costa
Dra Lívia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Willians Kester

Circulação

645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam
a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal é expresso
no editorial.

Administração e Redação

Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável

Sebastião Misiara

Editora

Sílvia Melo

Supervisão

William Lopes

Diagramação

Núbia Barros

Revisão de texto

Luciana Nogueira

Fale com a UVESP



(11) 94585-5725



Sebastião Misiara

Presidente
misiara@uvesp.com.br

Sílvia Melo

Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial

comercial@uvesp.com.br

Site

www.uvesp.com.br
www.conexidades.com.br
www.jornaldointeriornews.com.br

Redes sociais UVESP



@uvesp.official



@jornal_do_interior



@misiarasebastiao

Youtube UVESP



www.youtube.com/uvesp



Município: a força do desenvolvimento reforçado pelo conexidades

Holambra, uma cidade exemplo de sustentabilidade, transforma-se, no próximo mês de agosto, na “Capital do Municipalismo” com a realização do 8º Conexidades, que vai discutir exatamente o tema com o qual convive o povo do município.

O povo brasileiro vive momentos de transição em suas administrações, com olho firme voltado para dar ao meio ambiente a oportunidade de viver sem traumas, evitando situações dramáticas, conforme se observa nos últimos tempos com o furor das mudanças climáticas.

O Conexidades reúne aqueles que podem, em razão da influência que exercem em suas comunidades, convencer da importância de renegar os predadores e valorizar os esforços de preservação da terra, da água, do ar, da fauna e da flora.

E é exatamente isso que propõem os palestrantes que farão parte da programação desta edição. Pois não existe proteção ecológica nem valorização do meio ambiente sem uma mudança de consciência das populações.

Nesses verdadeiros “Laboratórios de Ideias” que são os congressos dessa natureza, orientados por especialistas, iremos discutir a alocação de recursos específicos para os programas prioritários, o estímulo à participação da iniciativa privada em esquemas de preservação e recuperação ambiental, e a busca de recursos para lastrear e financiar programas públicos, auxiliados pelos programas nacionais e internacionais, existentes e necessários.

Além disso, precisamos que os prefeitos, vereadores, secretários municipais e agentes públicos estimulem os meios de comunicação, as escolas, as empresas e os centros comunitários, com o objeti-

vo de expandir e consolidar ainda mais essa cultura, sempre nova, cuja essência é a defesa de todos e a sobrevivência do Planeta.

Basta que falte água em nossas torneiras, no mais simples dos exemplos, para lembrar a todos da importância de um meio ambiente sustentável. Os números são esmagadores: mais de 1,4 bilhão de pessoas vivem atualmente em bacias hidrográficas onde a utilização da água excede nos números mínimos de reposição. O que leva ao ressecamento dos rios e ao esgotamento das águas subterrâneas.

Esse “pequeno” exemplo demonstra a relevante questão do desenvolvimento, que depende profundamente dos recursos hídricos, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Por isso, o Conexidades pretende demonstrar que é simplesmente inconcebível, nos dias de hoje, pensar em qualquer empreendimento que não leve em consideração o desenvolvimento como premissa.

Finalmente, é importante destacar que a Constituição, em seu artigo 225, determina que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Os organizadores do Conexidades, representados pela Multiplicidades e pela Uvesp, entendem que esse é nosso dever e nossa obrigação.

Winston Churchill disse que “a política deve ser o lugar dos melhores e não o esconderijo dos piores”. Pretendemos, com o Conexidades e seus palestrantes, fazer com que os melhores se tornem referências ainda mais extraordinárias.

Conexidades transforma desafios em oportunidades para os novos gestores do Brasil

Cidades mais sustentáveis e eficientes são foco de discussões estratégicas em Holambra



Lideranças públicas se encontram em Holambra para construir caminhos rumo a cidades mais eficientes e sustentáveis

O Conexidades chega à sua 8ª edição reafirmando seu papel como um dos mais relevantes encontros nacionais voltados à qualificação, orientação e fortalecimento da gestão pública. De 4 a 8 de agosto, Holambra será o centro do debate sobre os caminhos que municípios e lideranças devem trilhar para enfrentar os grandes desafios da atualidade. Com o tema central “Sustentabilidade: Desafios e Prioridades para as Lideranças”, o evento convida prefeitos, vereadores, secretários, empresários, especialistas e autoridades a refletirem sobre o presente e a planejarem o futuro com responsabilidade, inovação e compromisso coletivo.

Promovido pela Multiplicidades, em parceria com a UVESP, o Conexidades 2025 acontece em

um momento simbólico: o Brasil se prepara para sediar a COP30, e o mundo volta os olhos às soluções locais como pilares para enfrentar as mudanças climáticas, promover justiça social e garantir desenvolvimento com equilíbrio ambiental. É nesse espírito que a programação deste ano traz uma abordagem ampla e profunda sobre o papel das lideranças públicas diante da urgência da sustentabilidade.

Um elemento especialmente relevante desta edição é que ela acontece no primeiro ano após as eleições municipais, marcado pela chegada de novos prefeitos, prefeitas, vereadores e vereadoras em todo o Brasil. Muitos deles estão assumindo seus primeiros mandatos diante de cenários desafiadores e demandas crescentes. Nesse contexto, o Conexidades se consolida como

Serão cinco dias de imersão em temas estratégicos, com a presença de ministros, secretários de Estado, parlamentares, técnicos, membros de Tribunais de Contas, Ministério Público, acadêmicos e especialistas. A agenda de painéis contempla assuntos como: cidades inteligentes • mobilidade urbana • resíduos sólidos • hidrogênio verde • inovação na gestão pública • consórcios intermunicipais • nova lei de licitações • reforma tributária, habitação • saúde • educação • acessibilidade • agronegócio • turismo • juventude • parcerias público-privadas.

um laboratório de ideias, um ambiente de troca de experiências, capacitação e construção de soluções práticas para os gestores que têm, agora, a missão de transformar seus municípios.

O evento promove uma das maiores feiras de negócios voltadas ao setor público do país. Serão mais de 9 mil metros quadrados de exposição, reunindo empresas, startups, instituições e entidades que apresentam soluções e tecnologias para apoiar prefeituras e câmaras municipais na modernização dos serviços públicos. Um verdadeiro ambiente de conexões, onde o diálogo entre os setores público e privado gera oportunidades concretas para os municípios.

Além do conteúdo, o evento promove uma das maiores feiras de negócios voltadas ao setor público do país. Serão mais de 9 mil metros quadrados de exposição, reunindo empresas, startups, instituições e entidades que apresentam soluções e tecnologias para apoiar prefeituras e câmaras municipais na modernização dos serviços públicos. Um verdadeiro ambiente de conexões, onde o diálogo entre os setores público e privado gera oportunidades concretas para os municípios.

Com mais de 300 municípios já confirmados e milhares de participantes esperados, o Conexidades é mais do que um congresso — é um movimento. Um espaço de construção conjunta entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade. Como CEO do evento, tenho convicção de que só enfrentaremos os grandes desafios do presente com lideranças preparadas, políticas públicas eficientes e responsabilidade com as próximas gerações.

O futuro sustentável do Brasil começa agora. E começa nos municípios. Sejam todos bem-vindos à 8ª edição do Conexidades.



Sílvia Melo
CEO do Conexidades e Presidente Executiva da UVESP



Um dos grandes destaques desta edição é a programação do Conexidades Mulher, que acontece de 5 a 8 de agosto em um auditório exclusivo. Nesta terceira edição, o espaço segue ampliando o debate sobre pautas femininas na política, na gestão pública, no empreendedorismo e na sociedade. Serão abordados temas como violência política de gênero, saúde da mulher, cerimonial e protocolo oficial, cultura, comunicação pública, empreendedorismo feminino e estratégias de fortalecimento da presença das mulheres nos espaços de decisão. Prefeitas, vereadoras, primeiras-damas, empresárias e líderes participarão de um ambiente plural e inspirador, voltado ao protagonismo feminino.

TCESP encerra Ciclo de Debates com mais de 9 mil participantes em 20 cidades paulistas

Iniciativa levou temas como planejamento, fiscalização e transparência a todo o estado



Ciclo de Debates teve encerramento em Penápolis no último dia 27

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) encerrou, no dia 27 de junho, a 29ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos, uma das iniciativas mais relevantes da Corte de Contas paulista. Iniciada em 17 de março, a edição percorreu 20 municípios do interior e litoral paulista, promovendo encontros presenciais entre conselheiros, prefeitos, presidentes de Câmaras, secretários municipais, técnicos e lideranças políticas locais.

Mais do que uma agenda institucional, o Ciclo de Debates se consolidou ao longo dos anos como um canal direto de diálogo entre o Tribunal e os gestores públicos. Em cada cidade-sede, houve uma reunião reservada com os prefeitos 30 minutos antes do evento, promovendo um espaço de escuta qualificada das dificuldades locais.

O presidente do TCEsp, Antonio Roque Citadini, ressaltou o valor histórico e pedagógico do Ciclo de Debates, classificando-o como uma das iniciativas mais relevantes do Tribunal desde 1988. Ele lembrou que, ainda antes da primeira edição oficial em 1996, o TCE já promovia encontros com gestores no interior, como em 1990, em Ribeirão Preto, ação que considera a semente do projeto atual.

Citadini destaca ainda que o Ciclo complementa os trabalhos típicos do Tribunal, que seriam fiscalização, verificação da lega-

Em cada cidade-sede, houve uma reunião reservada com os prefeitos 30 minutos antes do evento, promovendo um espaço de escuta

lidade de atos de receita e despesa, exame do planejamento e avaliação da gestão pública em sentido amplo. Segundo o presidente, a edição de 2025 teve grande alcance: “Neste ano, percorremos dez mil quilômetros e falamos para mais de nove mil participantes — prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores, secretários municipais e servidores públicos”.

Os temas escolhidos refletiram os principais desafios da administração pública atual, como a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações, o fortalecimento da transparência e a melhoria do controle interno.

Roque Citadini reforçou: “A transparência é uma exigência da sociedade, que precisa ser informada sobre tudo o que ocorre na administração pública, especialmente na gestão de recursos”. Ele também enfatizou o papel fundamental do planejamento orçamentário estruturado: “Sem planejamento, não há chance de êxito na gestão dos negócios públicos”.

A edição de 2025 marcou ain-

da o retorno da estratégia de levar os encontros para cidades de menor porte, conferindo-lhes protagonismo. O resultado foi uma participação expressiva de gestores locais e evidente evolução técnica nas perguntas e discussões, segundo o presidente do TCEsp: “Hoje, vemos inclusive os pequenos municípios se estruturando bem para cumprir as exigências legais e atender às demandas de seus habitantes; suas administrações estão se organizando, o que demonstra o impacto positivo desse esforço”, diz.

A iniciativa permitiu ao Tribunal identificar demandas, esclarecer dúvidas e acompanhar o amadurecimento das gestões municipais. Citadini ressaltou que cada uma das vinte unidades

do tribunal dão suporte para difundir as principais questões de interesse da administração pública e apresentar seu entendimento sobre elas.

“Com todas essas experiências, e através das questões levantadas pelos participantes, nós podemos observar o amadurecimento das gestões em matérias relevantes. Nota-se que a presença de lideranças políticas e técnicos municipais é cada vez maior (bem como o interesse pelos assuntos abordados). Assim, acreditamos que é possível contribuir muito no esclarecimento de questões recorrentes que os municípios enfrentam”, finaliza. 

Claudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



mêntore
Sonhe e realize

Peça para sua empresa conhecer o Mêntore.

Vanderson Aquino
CEO

mentorebank
mentorebank.com.br

Congresso discute fim da reeleição e redefinição dos ciclos eleitorais no país

Proposta de emenda à Constituição gera debate sobre impactos na democracia

A proposta de emenda à Constituição (PEC 12/2022), aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no fim de maio, indica mudanças significativas no sistema político-eleitoral brasileiro. O texto sugerido extingue a reeleição para cargos do Poder Executivo, presidente da República, governadores e prefeitos, e propõe mandatos de cinco anos para todos os cargos eletivos, além de unificar as eleições municipais, estaduais e federais a partir de 2034.

A medida divide opiniões. Para o advogado especializado em Direito Eleitoral, Ricardo Porto, este projeto representa um retrocesso em pontos centrais do processo democrático. “A gestão pública ainda é muito burocratizada, impondo diversos obstáculos que precisam ser superados para se conseguir implementar políticas públicas. É difícil dizer quanto tempo seria o mandato ideal, que evidentemente depende de cada gestor. O aumento de quatro para cinco anos implicaria no fim da possibilidade da reeleição e na unificação dos pleitos, ambas as medidas que sou veementemente contra”, afirma.

Entre os pontos mais controversos, a proposta prevê que os cargos executivos deixem de ter a possibilidade de recondução, mesmo que o gestor se desincompatibilize seis meses antes da eleição. O objetivo, segundo os defensores do texto, seria reduzir o uso da máquina pública e estimular a alternância no poder. No entanto, Ricardo Porto refuta essa lógica. “O bom gestor pode e deve ser reconduzido. A taxa de reeleição no Brasil para cargos do Executivo é altíssima, o que demonstra que essa é a vontade da população. Se o gestor está bem, continua. Se fez um mau governo, perde a reeleição”.

O especialista também ressalta que a legislação brasileira já dispõe de mecanismos eficientes para coibir abusos. “Temos uma das mais avançadas legislações eleitorais do mundo. Existe todo um rol de condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e a possibilidade do reconhecimento do chamado abuso do



PEC prevê fim da reeleição no Executivo, mandatos de cinco anos para todos os cargos e unificação das eleições a cada cinco anos crédito José Cruz

poder de autoridade. Estão aí as inúmeras cassações decretadas pela Justiça Eleitoral, demonstrando que o sistema de contenção realmente funciona”.

A PEC foi aprovada em forma de substitutivo à proposta original. O novo texto uniformiza os mandatos para todos os cargos eletivos em cinco anos. Isso inclui deputados federais, estaduais, distritais, vereadores e também os senadores, cujo mandato passaria de oito para cinco anos. A medida extingue ainda a alternância de eleições no Senado, determinando que as 81 cadeiras da Casa sejam renovadas de uma só vez a partir de 2039.

Outro ponto de destaque é



Para o advogado Ricardo Porto, o atual sistema garante o necessário protagonismo das políticas locais

a unificação das eleições. Hoje, os brasileiros vão às urnas a cada dois anos, alternando entre eleições municipais e gerais. A proposta prevê que, a partir de 2034, todos os cargos sejam disputados no mesmo pleito, a cada cinco anos.

Impacto municipal

Para Ricardo Porto, essa mudança compromete o protagonismo político local e pode afetar negativamente a representatividade política. “A Constituição Federal estabelece como cláusula pétrea o voto periódico, na conformidade atual do processo democrático

A unificação das eleições despreza o municipalismo e a desconcentração dos poderes, e deve refletir de forma negativa no atendimento das necessidades locais da população

co, que institui eleições a cada dois anos. No caso de eventual unificação das eleições, a soberania do voto seria exercida apenas duas vezes a cada dez anos, distanciando o cidadão do habitual exercício do seu poder inalienável do voto”.

O advogado ainda destaca a importância do processo eleitoral municipal como etapa formadora de lideranças e de fortalecimento das instituições democráticas no território. “O protagonismo das eleições municipais exclusivas garante a formação das lideranças locais e a consolidação das bases que sustentam o sistema democrático nacional. A unificação das eleições despreza o municipalismo e a desconcentração dos poderes, e deve refletir de forma negativa no atendimento das necessidades locais da população”.

A proposta ainda precisa ser votada no Plenário do Senado, em dois turnos, com pelo menos três quintos dos votos (49 dos 81 senadores). Caso aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados, onde também precisará ser votada em dois turnos com maioria qualificada. 

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Iluminação pública inteligente impulsiona transformação digital nas cidades

Modernização abre caminho para segurança, economia e inovação na gestão urbana



Com economia de até 70% em energia e maior segurança urbana, a iluminação pública inteligente se consolida como base para cidades conectadas e sustentáveis

A iluminação pública, antes limitada à função básica de iluminar ruas e avenidas, passou a ocupar papel estratégico na estruturação das cidades inteligentes. Por meio da modernização dos parques de iluminação e da adoção de tecnologias avançadas, o setor vem se consolidando como ponto de partida para iniciativas de conectividade, segurança e sustentabilidade urbana.

Atualmente, já são 143 contratos de parcerias público-privadas (PPPs) em andamento em 173 municípios, atendendo cerca de 52 milhões de brasileiros. E, além disso, os investimentos somam R\$ 32 bilhões e sinalizam a importância crescente do segmento como infraestrutura crítica na digitalização das cidades.

Para Juliana Ulian, idealizadora do Congresso Paulista de Iluminação e Cidades do Futuro (CPIIC), “A iluminação pública inteligente é uma infraestrutura estratégica nas cidades do futuro. Ela vai muito além da eficiência energética: permite a criação de plataformas urbanas que integram segurança, conectividade, monitoramento ambiental e serviços digitais”.

Eficiência e tecnologias aplicadas

O modelo de iluminação pública inteligente baseia-se em sistemas automatizados e equipamentos capazes de operar

de forma remota e adaptativa. Entre as principais tecnologias estão as luminárias LED de alta eficiência, sistemas de telegestão, sensores de presença, câmeras, medidores ambientais e postes multifuncionais com conectividade 5G.

“O uso combinado dessas soluções permite uma economia de energia de até 70% e melhora a percepção de segurança nas áreas urbanas”, afirma Juliana. Em cidades que já implementaram essas tecnologias, observa-se também uma redução expressiva de falhas no sistema e nos custos operacionais de manutenção.

Essas soluções foram tema central do CPIIC 2025, que reuniu especialistas, gestores públicos e empresas do setor no último mês de junho em Campinas. O congresso discutiu ainda o papel da iluminação pública na transição energética, na governança de dados e na ampliação do acesso a serviços conectados.

Desafios para municípios de pequeno porte

Apesar do avanço em grandes centros urbanos, a adesão à iluminação pública inteligente ainda enfrenta desafios em municípios menores. “Municípios de pequeno e médio porte enfrentam barreiras técnicas, jurídicas e financeiras. No entanto, modelos consorciados regionais têm se mostrado viáveis para superar essas dificuldades”, explica Juliana Ulian que também



Juliana Ulian, idealizadora do CPIIC, vê a iluminação pública inteligente como infraestrutura-chave para cidades do futuro

é CEO da GHM Solutions – Assessoria de Marketing.

Um exemplo é o modelo desenvolvido na Unicamp para cidades com menos de 50 mil habitantes, que utiliza indicadores padronizados e boas práticas de governança para atrair investimentos e reduzir custos. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Iluminação Pública (ABCIP), 828 municípios estão atualmente em processo de estruturação de projetos de modernização.

De acordo com a entrevistada, a formação de consórcios intermunicipais, aliada a uma gestão profissionalizada e ao uso da nova Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumina-

ção Pública (COSIP), viabiliza a expansão desses projetos mesmo em localidades com recursos limitados.

Iluminação, dados e políticas públicas

Além de melhorar a eficiência energética, a iluminação pública inteligente se integra a outras funções urbanas por meio da coleta e análise de dados. Os sensores instalados nos postes possibilitam o monitoramento de tráfego, qualidade do ar e atividades urbanas em tempo real.

“Mais do que produzir dados, é necessário armazená-los, analisá-los e transformá-los em informações que orientem políticas públicas, serviços urbanos e decisões de gestão”, destaca Juliana.

Essa capacidade de gerar informações estratégicas tem sido incorporada a novos contratos de PPPs. Com a reforma tributária (EC 132/2023), a COSIP passou a permitir o custeio também de serviços de conectividade e monitoramento, ampliando o escopo das concessões.

Diretrizes nacionais e o papel das políticas públicas

A digitalização da iluminação pública requer não apenas investimento em infraestrutura, mas também diretrizes claras. A Nota Técnica nº 001/2025 do Ministério das Cidades atua como guia orientador, propondo metas, indicadores de desempenho (KPIs) e padrões de governança para os municípios.

“As políticas públicas precisam garantir que os projetos de iluminação sejam estruturados com base em resultados reais e adaptados à realidade local. Planos municipais de transformação digital serão essenciais para garantir a eficácia e o alcance dessas soluções”, pontua.

Com a nova legislação, os municípios têm maior liberdade para estruturar contratos mais abrangentes e integrados. A tendência é que, nos próximos anos, a iluminação pública seja cada vez mais reconhecida como alicerce para cidades seguras, sustentáveis e digitalmente conectadas.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

SUPER AÇÃO SP

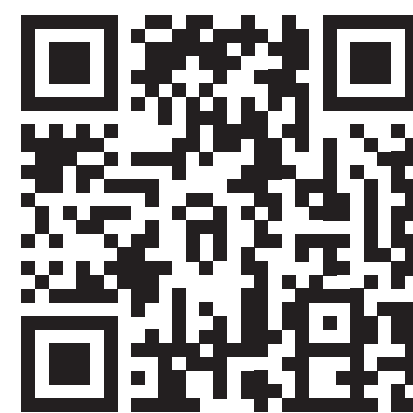
UM PROGRAMA INOVADOR PARA QUE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL POSSAM SUPERAR A POBREZA E SONHAR COM UM FUTURO MELHOR.

São Paulo são todos com mais oportunidades: com o SuperAção SP, vamos construir um estado mais justo e solidário.

Vamos garantir proteção social, emprego e renda, ajudando cada família a construir um novo futuro, com mais autonomia e dignidade.

Um programa para você superar os desafios e prosperar.

Para saber mais, acesse o site superacaosp.sp.gov.br ou escaneie o Qr Code.



Municípios e sustentabilidade: urgência, inovação e responsabilidade compartilhada

Educação ambiental e economia circular ganham espaço como caminhos viáveis

A sustentabilidade ocupa lugar central nas discussões sobre o futuro da gestão pública. Com o avanço das mudanças climáticas, eventos extremos como estiagens, enchentes e ondas de calor se intensificam e afetam diretamente os municípios brasileiros. A elevação de custos com saúde, infraestrutura urbana e saneamento básico impõe às administrações locais o desafio de conciliar o desenvolvimento com a preservação ambiental.

Nesse contexto, lideranças públicas precisam estruturar políticas eficazes para reduzir impactos ambientais e promover uma transição para práticas mais sustentáveis.

Dados revelam a urgência da ação

O descarte inadequado de resíduos é um dos principais vetores de degradação ambiental nos centros urbanos.

A educação ambiental tem papel estratégico na formação de cidadãos e gestores comprometidos com o ciclo de vida dos materiais.



Cidades ainda avançam de forma tímida na criação de políticas climáticas

Um exemplo recorrente é a bituca de cigarro, considerada o resíduo mais encontrado em praias e vias urbanas no mundo. Estima-se que 4,5 trilhões de bitucas sejam descartadas anualmente, sendo mais de 150 bilhões no Brasil. Uma única unidade pode levar até cinco anos para se decompor e contaminar até 600 litros de água, devido à presença de metais pesados como chumbo e cádmio.

Outro problema relevante é o descarte de óleo de cozi-

nha. Um litro de óleo despejado incorretamente no ralo pode contaminar até 25 mil litros de água e provocar entupimentos na rede de esgoto. Já os resíduos orgânicos, que representam cerca de 50% do lixo doméstico no Brasil, ainda são majoritariamente encaminhados a aterros sanitários, onde se decompõem gerando metano (CH₂), gás de efeito estufa com potencial 25 vezes maior que o dióxido de carbono (CO₂).

máticas: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Recife (PE), Palmas (TO), Feira de Santana (BA) e Belo Horizonte (MG). Essas leis estabelecem diretrizes para mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas, como metas de redução de gases de efeito estufa.

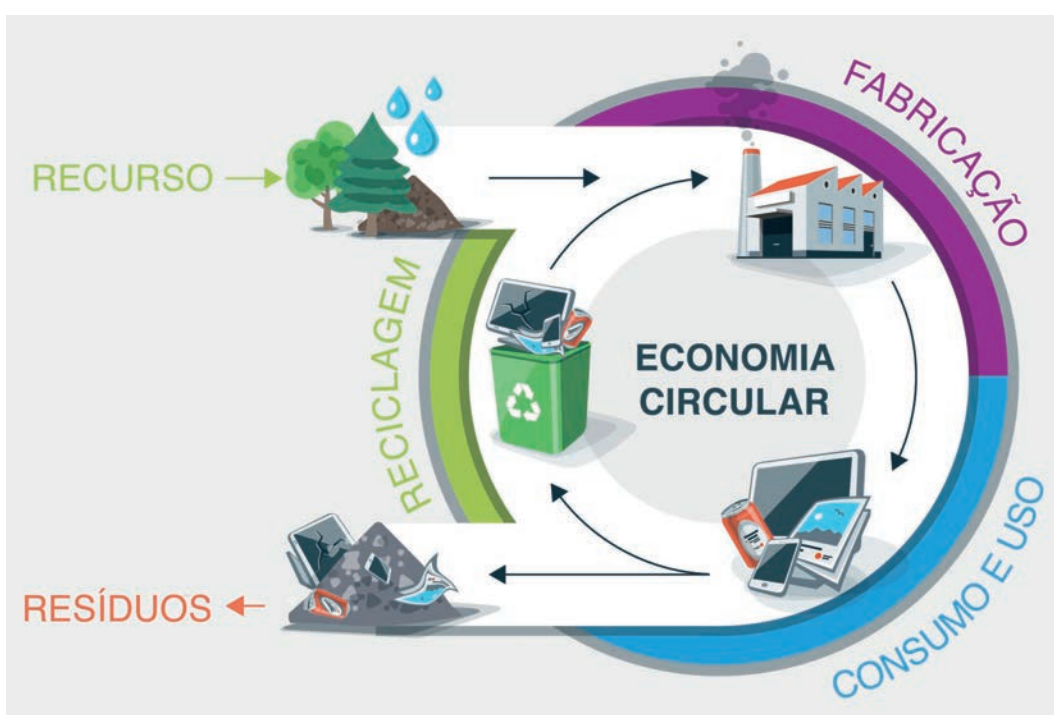
O dado é particularmente relevante quando se considera que o Brasil tem mais de cinco mil cidades. A cidade de São Paulo foi a primeira a aprovar uma lei com metas claras de redução de emissões, em 2009. Ainda que o número de municípios com legislação específica seja pequeno, é importante ressaltar que foram justamente os governos locais os primeiros a responder ao desafio climático no país.

Segundo a Organização das

Leis municipais: avanços tímidos diante de um cenário crítico

Apesar da urgência apontada por cientistas e organismos internacionais, os avanços legislativos em âmbito municipal ainda são limitados. Uma pesquisa da cientista social Fabiana Barbi revelou que apenas sete municípios brasileiros contam com leis específicas de combate às mudanças cli-

A Poiato Recicla é um exemplo de como inovação e compromisso ambiental podem caminhar juntos.



Nações Unidas, mais da metade da população mundial vive em centros urbanos. No Brasil, esse número chega a 85%, com mais de 160 milhões de pessoas residindo em cidades, de acordo com o IBGE. Esse cenário torna os centros urbanos protagonistas no enfrentamento da crise climática. De acordo com o levantamento da cientista social, setores como transporte, geração de energia e indústria são os maiores emissores. Na capital paulista, por exemplo, mais de 76% das emissões estão ligadas ao setor energético.

Educação ambiental como parte da solução

A resposta a esses desafios passa por políticas públicas, mas também por ações de conscientização. A educação ambiental tem papel estratégico na formação de cidadãos e gestores comprometidos com o ciclo de vida dos materiais.

Nesse sentido, a economia circular apresenta soluções concretas: ao promover o reuso, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais, esse modelo pode reduzir em até 39% as emissões globais de gases de efeito estufa e gerar até US\$ 4,5 trilhões em benefícios econômicos até 2030, segundo a Ellen MacArthur Foundation.

A experiência da Poiato Recicla

A Poiato Recicla é um exemplo de como inovação e compromisso ambiental podem caminhar juntos. Primeira usina de reciclagem de bitucas



Experiências como a Poiato Recicla mostram o potencial de parcerias para uma gestão mais eficiente dos resíduos urbano

Além de oferecer uma solução ambientalmente segura para um dos resíduos mais nocivos ao meio ambiente, a organização promove educação ambiental por meio de palestras.

De acordo com Marcos Poiato, diretor da iniciativa, “grandes eventos são momentos únicos em que podemos exercitar a cidadania e responsabilidade da sociedade como um todo sobre as responsabilidades ambientais e, em especial, o encaminhamento correto dos resíduos”. A empresa é parceira do Conexidades neste ano, re-

ambientalmente segura para um dos resíduos mais nocivos ao meio ambiente, a organização promove educação ambiental por meio de palestras, projetos sociais e a instalação de coletores em espaços públicos e eventos.

Além de oferecer uma solução de cigarro do Brasil, é única em operação no mundo com tecnologia 100% nacional e patenteada, a empresa já coletou e reciclou mais de 500 milhões de unidades desde 2010.

Parcerias e integração no combate aos resíduos

Entre os parceiros reunidos pela Poiato Recicla para a atuação conjunta no evento estão a Niltex, responsável pela coleta seletiva e destinação a cooperativas; a Associação Brasileira de Compostagem, que fará a coleta de resíduos orgânicos para transformação em adubo; e a Óleo Legal, que cuidará do encaminhamento correto do óleo de cozi-

nha utilizado. Também participam as empresas Céu Azul, Faz Verde e Força Orgânica, que atuam no reaproveitamento de madeira e outros materiais pós-evento. Além disso, haverá a participação do Serviço de Saúde Mental de Campinas – Cândido Ferreira, que transforma materiais reciclados em produtos artesanais, gerando renda para a instituição e seus assistidos.



Poiatos Recicla é a primeira usina de reciclagem de bitucas de cigarro do Brasil, e única em operação no mundo com tecnologia 100% nacional e patenteada, a empresa já coletou e reciclou mais de 500 milhões de unidades desde 2010.

alizando ações educativas e articulando um conjunto de parceiros especializados na gestão de resíduos.

Sustentabilidade no centro das discussões nacionais

A articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil é essencial para enfrentar os desafios ambientais com eficiência. Eventos como o Conexidades, que reunirá gestores e especialistas entre 4 e 8 de agosto em Holambra, cumpram papel relevante ao apresentar práticas e soluções que podem ser replicadas em diferentes regiões do país. Neste ano, a programação será totalmente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, reforçando a necessidade de um compromisso institucional com a sustentabilidade.

As lideranças municipais estão no centro das decisões que impactam diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Ao priorizar ações sustentáveis, elas não apenas respondem aos desafios do presente, mas também ajudam a construir um futuro mais equilibrado, resiliente e justo para as próximas gerações.

Diárias ou Adiantamentos?

Leis definem critérios para concessão de adiantamentos a servidores públicos



legislação brasileira prevê três regimes distintos de despesa: ordinário, adiantamento e suprimimento

A Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, permanece vigente e, ao que tudo indica, continuará a ser um pilar fundamental na regulamentação das finanças públicas (apesar de algumas tentativas de alteração que não prosperaram). Essa legislação financeira talvez seja uma das que mais claramente indique os caminhos das regras de planejamento – as quais, se de fato observadas e cumpridas diligentemente, poderiam evitar muitos dos problemas que hoje arruinam a Administração Pública. É importante lembrar que autoridades como Heraldo da Costa Reis – responsável pela permanente atualização da lei, enfrentando ponto por ponto as suas disposições – ensinam que todas as questões financeiras, “no que se refere à entrada e saída de recursos”, desaguam no cumprimento do orçamento, peça fundamental para o êxito da gestão.

Veja-se, por exemplo, o capítulo III da Lei nº 4.320/1964, que trata da despesa pública. Nele encontramos o detalhamento do processo a ser observado para o gasto público, o qual começa com o empenho – ato de reserva de recursos previstos no orçamento e que

resulta na emissão da nota de empenho. Frise-se que, conforme o artigo 61 da lei, a nota de empenho deve indicar o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação prévia.

Vale destacar que os artigos 62 e 63, que também disciplinam o regime ordinário da despesa, estabelecem que, na fase liquidação, é necessário apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, bem como a importância exata a pagar e, por fim, a que se deve pagar o montante, de modo a, finalmente, extinguir a obrigação. Assim, fica evidente que o regime ordinário – exclusivo nas relações da Administração com terceiros não integrantes da Administração – refere-se, em essência, aos vínculos estabelecidos com fornecedores de bens, obras ou serviços.

Tanto no caso de diárias quanto na entrega de importância, a finalidade consiste em assegurar a cobertura de despesas vinculadas a deslocamentos ou viagens a serviço.

Após o empenhamento e a emissão da nota de empenho, a despesa passa pelas fases de liquidação e, posteriormente, de pagamento, encerrando o ciclo do procedimento conhecido como regime ordinário da despesa.

O processamento de despesa, todavia, não se exaure exclusivamente nesse âmbito/rito, visto que o artigo 68 da citada lei diz que “[o] regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se

As despesas com deslocamentos ou viagens podem ser cobertas com diárias, desde que comprovadas por meio de justificativa contendo o destino, o objetivo e a distância do deslocamento.

ao processo normal (ordinário) de aplicação”. Conclui-se, portanto, que o adiantamento é um regime especial de despesa que se destina a resolver questões financeiras nas quais o servidor é detentor dos recursos financeiros que poderão ser utilizados, exclusivamente, nos casos previstos em Lei.

Noutros termos: não há, assim, o regime de adiantamento se não houver servidor que seja designado para gerir recursos em despesas devidamente previstas em Lei.

No Estado de São Paulo vigora, desde 16 de dezembro de 1968, a Lei nº 10.320, valendo registrar que seu artigo 6º, de forma bem objetiva, disciplina (I) o regime ordinário ou comum, (II) o regime de adiantamento e (III) o regime de suprimimento. De igual modo, a lei paulista define, com absoluta clareza, em seu artigo 39, as despesas que poderão ser realizadas por meio do regime de adiantamento, elencando 20 (vinte) situações específicas, dentre as quais se encontram as diárias.

Pois bem. Toda essa reflexão se fez necessária para bem definir quais são as despesas que cabem no regime do adiantamento. Dentre as 20 (vinte) hipóteses, interessa-nos, neste momento, a prevista no inciso VI, que trata de “diária e ajuda de custo”.

Tem sido tormentosa para agentes públicos municipais a tarefa de definir a melhor conduta para realizar gastos decorrentes de deslocamentos ou viagens – muito se tem questionado: “diárias ou adiantamento?”. Na verdade, a expressão adiantamento é utilizada para indicar que importâncias serão entregues ao servidor responsável, seja para diárias, seja para despesas comprovadas. Porém, a premissa fundamental é que, em ambos os casos, há necessidade de comprovação das despesas realizadas, cada uma ao seu modelo. É, nesse contexto, que se identifica uma diferenciação operacional entre as modalidades.

As despesas com deslocamentos ou viagens podem ser cobertas com diárias, desde que comprovadas por meio de justificativa contendo o destino, o objetivo e a distância do deslocamento. Por sua vez, aquilo que, de maneira imprecisa, costuma ser denominado genericamente como ‘adiantamento’ corresponde,

Os artigos 62 e 63, que também disciplinam o regime ordinário da despesa, estabelecem que, na fase liquidação, é necessário apurar a origem e o objeto do que se deve pagar.



Planejamento financeiro e controle interno são fundamentais para a boa aplicação de recursos

na verdade, à antecipação de numerário destinada à realização de despesas específicas, cuja comprovação exige a apresentação de documentos fiscais idôneos, que identifiquem os custos efetivamente incorridos.

Portanto, o que se sustenta, nesta breve análise, é que não há uma distinção substancial entre adiantamento e diária. Isso porque a diária é somente uma espécie prevista no regime do adiantamen-

to, diferenciando-se apenas quanto ao modo de comprovação de utilização dos recursos, como já ilustrado.

Assim, a Administração pode optar pelas diárias ou pelas despesas comprovadas – ambas previstas no regime de adiantamento –, desde que os Poderes regulamentem a opção mediante a expedição de instrumento legal, como resolução, decreto ou outro normativo, estabelecendo valor para cada dia de deslocamento, especialmente em função do local e da distância percorrida. Ambos os regimes, novamente ressaltado, estarão sujeitos à comprovação pelos meios correspondentes aplicáveis.

Em síntese, o regime de adiantamento é gênero e a diária, espécie. Tanto no caso de diárias quanto na entrega de importância, a finalidade consiste em assegurar a cobertura de despesas vinculadas a deslocamentos ou viagens a serviço, permanecendo, em ambos os regimes, a exigência de prestação de contas adequada, formal e tempestiva, cada qual à sua maneira.

A lei paulista define, com absoluta clareza, em seu artigo 39, as despesas que poderão ser realizadas por meio do regime de adiantamento.

Por fim, cumpre esclarecer que o adiantamento, para qualquer tipo de despesa, deverá ser precedido de entrega dos recursos a servidor designado, mediante prévio empenho a seu favor – e nunca ao usuário. Ou seja, não se faz o ‘repasse’ do numerário a agente público ou político para quaisquer das despesas previstas no regime – como alinhado no artigo 39 da Lei Estadual nº 10.320/1968. Esse servidor, detentor da verba recebida, assemelha-se ao antigo Tesoureiro que, em conta bancária própria, guarda os recursos e os entrega aos usuários que estão obrigados, em prazo fixado, a comprovar as despesas que comporão o processo de prestação de contas mensal – a qual, como sabido, será sempre responsabilidade de tal servidor, que terá prerrogativas para adoção de medidas corretivas, para fins de responsabilização, quando necessário.

Essa é a interpretação que tenho a respeito desse tema que tão rotineiramente gera questionamentos e indagações, a qual, como sempre, não passa de mera opinião pessoal.



Sérgio Ciquera Rossi
Chefe do Gabinete da Presidência do TCESP

PEC 66 abre caminho para novo regime de pagamento de precatórios municipais

Proposta altera regras fiscais e previdenciárias, permitindo maior previsibilidade financeira



Câmara aprova PEC que cria novas regras para o pagamento de precatórios e dá fôlego fiscal aos município

A quitação de precatórios, dívidas do poder público reconhecidas por decisão judicial definitiva, tem sido um dos principais desafios financeiros enfrentados por estados e municípios. Com estoques crescentes e impacto direto nas finanças locais, a discussão sobre novas formas de pagamento, refinanciamento e limites fiscais ganhou força nos últimos anos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 surge nesse contexto como uma tentativa de reorganizar esse sistema, trazendo mais previsibilidade e sustentabilidade para os entes federativos.

Aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados no último dia 15 de julho, a PEC 66 altera dispositivos da Constituição Federal relacionados ao pagamento de precatórios, à regularização de dívidas previdenciárias com a União e à desvinculação de receitas. Como foi modificada pelo substitutivo do relator, Deputado Federal Baleia Rossi, a proposta retorna ao Senado para nova análise.

"Quem é municipalista sabe que o problema está nos municípios e a melhor solução tam-

bém. Ao garantir recursos para as políticas de ponta, tenho certeza de estarmos fazendo justiça", afirma Baleia Rossi.

Regras escalonadas para o pagamento de precatórios

O texto aprovado estabelece um novo modelo de limites para o pagamento de precatórios por estados, Distrito Federal e municípios. O cálculo será baseado no estoque de dívidas em atraso e na receita corrente líquida (RCL) do ente federativo. A partir da promulgação da emenda, se o estoque de pre-

das judiciais.

"Com as dívidas negociadas a prazos mais condizentes com suas realidades, as prefeituras poderão firmar convênios para obterem mais recursos. O não pagamento de precatórios pode impedir o recebimento de emendas, especialmente transferências voluntárias da União, e pode levar a outras sanções, como bloqueio de contas e ações de improbidade administrativa", explica o relator.

A PEC determina que, caso o estado ou município atrase o pagamento mesmo com os novos limites, o Tribunal de Justiça local poderá determinar o sequestro de valores das contas públicas para garantir a quitação. Durante o período de inadimplência, o ente não poderá receber transferências voluntárias da União, e o gestor responderá por improbidade administrativa.

Metas fiscais e mudança no índice de correção

A proposta também exclui os precatórios federais e as requisições de pequeno valor (RPVs) do limite de despesas primárias do governo federal a partir de 2026. A medida permite ao Executivo cumprir a meta fiscal projetada para aquele ano, sem comprometer o arcabouço fiscal apro-



Baleia Rossi destaca que a proposta é um passo decisivo para dar justiça fiscal aos municípios Bruno Spada Câmara dos Deputados

A PEC 66 amplia, até 31 de dezembro de 2026, a possibilidade de os municípios utilizarem 50% de suas receitas de impostos, taxas e contribuições de forma desvinculada,

vado pela Lei Complementar 200/2023.

A partir de 2027, o texto estabelece a inclusão anual de 10% do estoque de precatórios no cálculo das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A retirada parcial busca atender decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2023 autorizou o uso de créditos extraordinários para quitação de precatórios excedentes.

A PEC também incorpora à Constituição a regra de atualização monetária dos precatórios pelo IPCA, com juros simples de 2% ao ano, válida a partir de agosto de 2025. No entanto, se a soma do IPCA e dos juros ultrapassar a Selic no mesmo período, esta será utilizada como referência.

Desvinculação de receitas e acordos diretos

A PEC 66 amplia, até 31 de dezembro de 2026, a possibilidade de os municípios utilizarem 50% de suas receitas de

Previsibilidade e refinanciamento de dívidas



impostos, taxas e contribuições de forma desvinculada; ou seja, sem a obrigatoriedade de destinação específica prevista em lei. A partir de 2027, o percentual volta a ser de 30%, com validade até 2032. Durante esse período, os superávits financeiros de fundos públicos só poderão ser usados em políticas locais de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas.

Para garantir mais segurança orçamentária às administrações municipais, a PEC antecipa de 2 de abril para 1º de fevereiro o prazo para que precatórios transitados em julgado sejam incluídos na proposta orçamentária do ano seguinte. Também suspende a cobrança de juros de mora durante o intervalo de tempo até o fim do exercício.

Um dos pontos mais relevantes da proposta é o refinanciamento das dívidas previdenciárias dos municípios com a União. Segun-

do Baleia Rossi, a proposta permite que as prefeituras tenham condições reais de planejamento. "A PEC dá sustentabilidade e previsibilidade. Mais do que permitir a regularização das dívidas, a prefeitura poderá se planejar melhor e, assim, ter condições de direcionar recursos para áreas que são demandas das pessoas: saúde, educação e segurança pública. Sem a PEC, grande parte do volume de recursos vai direto para pagar dívidas e precatórios. E isso chegou a um nível acima do razoável".

Próximos passos

Caso seja aprovada sem alterações em nova análise do Senado, a PEC 66/2023 poderá ser promulgada e entrar em vigor como emenda constitucional. As informações são da Agência Câmara de Notícias.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

TEMOS UM ENCONTRO MARCADO NO

8º CONEXIDADES

Venha conhecer as tecnologias que estão melhorando a vida nas cidades.

OM30

Consórcios públicos ampliam voz dos municípios e fortalecem gestão regional no Brasil

Experiências como CODEVAR e COMAM mostram que cooperação regional é saída para desafios comuns

Criados para fortalecer a atuação conjunta entre municípios, os consórcios públicos intermunicipais se consolidam como uma das alternativas mais eficazes para superar limitações de orçamento, falta de escala e isolamento político, especialmente entre as pequenas cidades do interior do Brasil. A atuação desses arranjos institucionais, previstos na Constituição Federal e regulamentados por lei desde 2005, tem ganhado relevância diante de crises econômicas, desafios fiscais e da necessidade crescente de soluções regionais para problemas que transcendem fronteiras administrativas.

Os consórcios intermunicipais são autarquias que reúnem municípios de uma mesma região com o objetivo de atuar de forma cooperativa em áreas estratégicas. Entre as principais vantagens estão a economia de recursos, já que as cidades podem realizar compras públicas em conjunto, reduzindo custos com itens como medicamentos, materiais escolares e insumos para obras. Além disso, a atuação conjunta favorece o desenvolvimento regional, ao integrar municípios com vocações econômicas semelhantes, como turismo, agropecuária ou produção de alimentos.

Outro benefício importante é



Bebedouro é um dos municípios que integram o CODEVAR

a gestão compartilhada de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento e manejo de resíduos sólidos, o que melhora a eficiência e a qualidade do atendimento à população. Os consórcios também reforçam a federação brasileira ao estimular a cooperação horizontal entre municípios e a articulação com os governos estaduais, criando uma rede colaborativa que fortalece a autonomia local e amplia o alcance

das políticas públicas.

A lógica é simples: municípios próximos, com vocações e problemas semelhantes, se unem para ganhar escala e representatividade. Os resultados, contudo, são robustos. “Os consórcios permitem que os municípios compartilhem recursos e experiências, aumentando a eficiência na execução de projetos e serviços públicos”, destaca José Mario Brasiliense Carneiro, diretor-presidente da Oficina Muni-

cipal, uma escola de cidadania e gestão pública dedicada à capacitação de lideranças locais.

Desafios e soluções

Apesar dos avanços, a consolidação dos consórcios públicos enfrenta obstáculos estruturais e culturais. A começar pela resistência à mudança por parte de gestores acostumados a operar isoladamente. “A cultura política federativa do Brasil está muito marcada pela cooperação vertical, ou seja, a União colabora com os Estados e estes cola-



José Mario Brasiliense é diretor-presidente da Oficina Municipal e grande defensor dos consórcios

A união dos prefeitos trouxe como resultado a abertura de leitos de UTI no Hospital Regional do Estado, que na época estava em construção. Foram mil vidas salvas só nessa unidade



Lucas Seren, prefeito de Bebedouro e atual presidente do CODEVAR

as diferenças políticas e ideológicas entre os municípios consorciados. Embora governos de partidos distintos possam inicialmente apresentar resistência à cooperação, na prática, consórcios bem-sucedidos mostram que a convivência interpartidária pode gerar transparência, controle mútuo e construção de agendas suprapartidárias voltadas ao interesse regional, superando os limites dos mandatos e das disputas eleitorais.

A experiência do CODE-

VAR mostra que é possível superar divergências ideológicas e construir uma agenda comum. “O nosso trabalho é para que todos os prefeitos entendam que o CODEVAR está acima de qualquer bandeira ideológica. Queremos resultados para a cidade e para a população”, afirma Lucas Seren. Segundo ele, o consórcio serve tanto para

melhorar o acesso a produtos e serviços quanto para ampliar a representatividade das cidades do interior em pautas regionais. “A nossa bandeira é o desenvolvimento do interior de São Paulo”, resume.

Para superar os desafios na implementação e consolidação dos consórcios públicos, os gestores municipais devem adotar estratégias como o desenvolvimento de uma visão compartilhada entre os municípios, a comunicação eficaz e o planejamento conjunto. Esses elementos ajudam a vencer resistências, alinhar expectativas e coordenar ações de forma mais eficiente.

Além disso, é fundamental buscar apoio técnico e institucional, investir na capacitação das equipes e fomentar uma cultura de colaboração e cooperação. Essa abordagem fortalece a gestão regional e amplia os resultados dos consórcios em benefício da população.

Claudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



Uma cidade que empreende é uma cidade que cresce.

O Cidade Empreendedora é um programa do Sebrae-SP que trabalha o desenvolvimento econômico dos municípios paulistas através do empreendedorismo.

O programa oferece soluções sob medida para cada município, com consultorias para gestores públicos em diversos temas.

Tudo o que seu município precisa para crescer, você encontra aqui.



0800 570 0800

www.sebraesp.com.br

f t i n

/sebraesp

/sebraespaopaulo

Ficou interessado?
Entre em contato com o
Escritório Regional do
Sebrae-SP mais próximo



Tecnologia que salva futuros: como a saúde digital aprimora a neuroproteção neonatal

Modelo de cuidado alia IA, telemedicina e capacitação médica

Mais de 10 milhões de recém-nascidos em todo o mundo enfrentam anualmente o risco de lesões neurológicas graves logo nas primeiras horas de vida. Sequelas como paralisia cerebral, epilepsia e déficits cognitivos não apenas comprometem o desenvolvimento da criança como impactam diretamente a vida das famílias e os custos dos sistemas de saúde.

Com o objetivo de reduzir a zero o número de deficiências neurológicas evitáveis no mundo, a PBSF - Protecting Brains & Saving Futures, desenvolveu um modelo que alia tecnologia, evidência científica e capacitação médica contínua. Criada pelo neonatologista Gabriel Variane, a iniciativa já monitorou mais de 16 mil recém-nascidos e acumula mais de um milhão de horas de neuromonitoramento em 50 hospitais brasileiros entre públicos e privados.

“Nosso trabalho é antecipar cenários. Reconhecemos os sinais precoces, agimos com rapidez para evitar a lesão informando as equipes para decisões mais seguras.”, afirma Dr. Variane, presidente eleito da Newborn Brain Society, principal entidade internacional dedicada ao cuidado neurológico neonatal.

A seguir, ele explica como a saúde digital tem aprimorado o cuidado em neonatal intensivo, os resultados já alcançados e os



Neuroproteção neonatal é essencial para garantir um futuro com mais qualidade de vida

Com a tecnologia, conseguimos identificar alterações precoces, intervir rapidamente e apoiar equipes à distância

caminhos para tornar esse modelo acessível em todo o Brasil.

Por que a prevenção de sequelas neurológicas em recém-nascidos precisa ser prioridade?

Gabriel Variane: Essas lesões são uma das principais causas de morbidade infantil e seus efeitos duram a vida inteira. São mais de 10 milhões de recém-nascidos de alto risco ao ano. Prevenir é mais eficaz, humano e sustentável do que reabilitar.

De que forma a saúde digital muda esse cenário?

GV: Ela democratiza o acesso a recursos antes restritos a grandes centros. Com a tecnologia, conseguimos identificar alterações precoces, intervir rapidamente e apoiar equipes à distância. Isso salva cérebros e reduz sequelas.

Qual é o diferencial da PBSF nesse modelo de cuidado?

GV: Unimos monitoramento multimodal, telemedicina 24 horas por dia, capacitação constante e inteligência artificial aplicada à análise de dados. Isso nos permite acompanhar o bebê em tempo real e orientar condutas baseadas em evidência.

Quais resultados concretos já foram alcançados?

GV: Detectamos crises epilépticas não visíveis clinicamente, otimizamos estratégias de oxigenação cerebral e reduzimos o risco de lesões permanentes. Já monitoramos mais de 16 mil bebês em diferentes contextos hospitalares.

Existe impacto econômico associado à prevenção?

GV: Sim. Evitar um caso de paralisia cerebral, por exemplo, representa uma economia potencial de milhões ao longo da vida. Além disso, reduzir tempo de internação e complicações diminui custos imediatos para o sistema de saúde.

Esse modelo está alinhado à Saúde Baseada em Valor?

GV: Sim. Melhora desfechos clínicos, qualifica a experiência da família e dos profissionais, reduz custos e amplia a equidade, ao levar tecnologia para locais com menos estrutura.

Como a inteligência artificial contribui nesse processo?

GV: O uso e desenvolvimento específico de IA para nosso modelo de cuidado ajuda a identificar padrões de risco em tempo real e acelera a tomada de decisão. Nosso próximo passo é usá-la para prever eventos antes mesmo que aconteçam, com responsabilidade e rigor científico.

Como funciona a Central de Vigilância e Inteligência da PBSF?

GV: Todos os sinais do bebê, EEG, oxigenação cerebral e dados vitais, são enviados à central, onde especialistas estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ao menor sinal de alteração, orientamos a equipe local imediatamente.

Quais os principais desafios para expandir esse cuidado?

GV: Os desafios são culturais e estruturais. Mas a adesão cresce com os resultados. Quando os profissionais veem o impacto na prática, o engajamento acontece.

Qual é a visão de futuro da neonatologia com apoio da saúde digital?

GV: Um cuidado neonatal mais preciso, proativo e acessível. Com saúde digital e educação contínua, vamos transformar o nascer em uma experiência mais segura. A tecnologia tem o papel de maximizar isso.



Gabriel Variane, Fundador, Presidente da PBSF e Presidente eleito da Newborn Brain Society

RITA E MAUR

ESPERAM HÁ 3 ANOS O FILHO VOLTAR DA FACULDADE...



DESACELERE
SEU BEM MAIOR É A VIDA



O IMPORTANTE É CHEGAR.
RESPEITE OS LIMITES DE VELOCIDADE.

Interior de São Paulo lidera ranking nacional de saneamento

Ranking 2025 reforça papel do investimento municipal na melhoria do setor

O Instituto Trata Brasil divulgou, em parceria com a consultoria GO Associados, a 17ª edição do Ranking do Saneamento, estudo que avalia os 100 municípios mais populosos do país com base em dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA), ano-base 2023. O levantamento aponta que quatro dos cinco municípios mais bem colocados estão no interior de São Paulo, reforçando a liderança do estado na oferta de serviços essenciais como o abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto.

Campinas ocupa o topo da lista, seguida por Limeira. Também integram o grupo de destaque as cidades paulistas de São José do Rio Preto e Franca. No total, nove dos 20 municípios mais bem avaliados são do estado de São Paulo.

A metodologia do ranking considera três dimensões principais: "Nível de Atendimento", "Melhoria do Atendimento" e "Nível de Eficiência". A edição de 2025 marca ainda a transição de base de dados, com a substituição do antigo SNIS pelo novo SINISA, mais alinhado com os dados do Censo 2022.

Segundo o levantamento, o indicador médio de atendimento de água entre os 100 maiores municípios foi de 93,91% em 2023, ligeiramente inferior aos 94,92% registrados no ano anterior. No entanto, permanece acima da média nacional, que foi de 83,1%. Onze municípios já alcançaram 100% de atendimento com água potável, e outros 12 estão com índices superiores a 99%.

Em relação à coleta de esgoto, apenas dois municípios atingiram a universalização completa. Mesmo assim, 38 municípios ultrapassaram a marca de 90%,

38 municípios ultrapassaram a marca de 90%, o que também os aproxima das metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento



Ranking de 2025 mostra avanços no interior paulista, mas revela que tratamento de esgoto ainda é desafio nacional

o que também os aproxima das metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento. A média entre os municípios do ranking foi de 77,19%, contra 55,2% da média nacional. Já o tratamento de esgoto apresentou uma média de apenas 65,11%, evidenciando que este ainda é o maior desafio do setor.

"Esta edição do Ranking ressalta que, além da necessidade de os municípios garantirem o acesso universal à água potável e à coleta de esgoto, o tratamento do esgoto se destaca como o indicador mais distante da universalização nas cidades, representando o principal desafio a ser superado", afirma a presidente Executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto. "É imprescindível trazer o saneamento para o centro das discussões dos Prefeitos e Prefeitas em todo Brasil e priorizá-lo nas políticas públicas", completa.

A diferença de desempenho entre os melhores e os piores municípios também pode ser explicada pelo volume de investimentos realizados. Os 20 municípios mais bem colocados investiram, em média, R\$ 176,39 por habitante ao ano entre 2019 e 2023, valor próximo à meta de R\$ 223,82 indicada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Já os 20 piores investiram apenas R\$ 78,40 por habitante, menos de um terço do necessário.

"O Ranking do Saneamento

de 2025, iniciativa desenvolvida pelo Trata Brasil desde 2007, continua a refletir as desigualdades regionais do Brasil também no acesso ao saneamento", comenta o sócio executivo da GO Associados, Gesner Oliveira.

O estudo reforça o papel do saneamento básico como alicerce para o desenvolvimento socioeconômico, saúde pública, educação e valorização urbana. Ao apontar boas práticas, gargalos e desigualdades, o ranking serve como ferramenta estratégica para gestores públicos que queiram planejar políticas mais eficientes e buscar a universalização dos serviços até 2033, como previsto na legislação.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Saiba como o **Crefito-3** pode apoiar as **Redes de Atenção à Saúde** de seu município!



8º CONEXIDADES

4 A 8 DE AGOSTO
CENTRO DE EVENTOS EXPOFLORA

O CREFITO-3 ESTARÁ PRESENTE NO 8º CONEXIDADES!

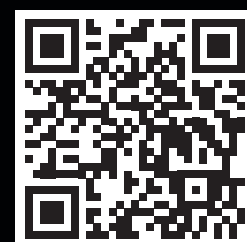
Visite **nosso estande (E-08)**, converse com um agente do Conselho e **conheça nossos projetos voltados às Redes de Atenção à Saúde e à valorização da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional** no estado de São Paulo.

SÃO PAULO PRA TODA OBRA

está beneficiando
+ de 35 milhões
de pessoas

São mais de **1.500** obras em andamento em cerca de **22 mil** quilômetros de estradas, gerando mais de **250 mil** empregos

Seja qual for a obra, ela é pensada pra você.



Acesse o site

sppratodaobra.sp.gov.br

e confira quais obras impactam a sua vida.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Com apoio do Sebrae-SP, Araçatuba e Guaraçai são destaque em programa estadual

Municípios desenvolvem propostas nas cadeias produtivas de TI e abacaxi

Araçatuba e Guaraçai foram aprovadas na primeira etapa do **Programa SP Produz 2025**, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo voltada ao fortalecimento de Cadeias Produtivas Locais (CPLs). A participação dos municípios contou com apoio do Sebrae-SP, responsável por auxiliar na elaboração de projetos e planejamentos estratégicos.

Em Guaraçai, a proposta aprovada tem como foco a cadeia produtiva do abacaxi, já que a cidade é responsável por mais de 70% da produção estadual da fruta. A iniciativa contou com atuação conjunta entre a Prefeitura Municipal, a Associação dos Produtores do Município de Guaraçai (APAMG) e a APTA Regional, a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, com suporte técnico do Sebrae-SP.

O projeto obteve nota 6,75 no Planejamento Estratégico



Programa SP Produz destaca Araçatuba e Guaraçai em cadeia produtiva local

de Negócios, atendendo a todos os critérios jurídicos exigidos pelo programa estadual. Entre os aspectos avaliados positivamente estão o potencial de crescimento do setor, a articulação entre os produtores locais, o uso de práticas sustentáveis e a implementação de ações voltadas à inovação.

Já em Araçatuba, o destaque foi para a cadeia produtiva de Tecnologia da Informação. O município obteve nota 9,375 no Planejamento Estratégico de Negócios, uma das mais altas da região.

Além do projeto aprovado, o município tem atuado no fortalecimento de seu ecossiste-

ma de inovação por meio do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, do qual o Sebrae-SP também participa. A articulação entre empresas, governo e instituições tem favorecido a criação de soluções tecnológicas e oportunidades de crescimento econômico no município.

O **Programa SP Produz 2025** é uma das estratégias do Governo do Estado de São Paulo para promover o desenvolvimento regional por meio do reconhecimento e apoio a cadeias produtivas com potencial de gerar impacto econômico local. A ação prevê etapas de planejamento, implementação e acompanhamento, com a finalidade de estimular a inovação, a cooperação entre atores locais e a melhoria da competitividade dos territórios.

Da Redação
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Municípios investem em tecnologias educacionais para valorizar o currículo e preparar o futuro

Cidades que investem em tecnologia educacional estão qualificando mão de obra, atraindo investimentos e deixando um legado

Com robótica educacional e metodologias ativas, escolas aproximam o conteúdo da realidade dos alunos e valorizam o currículo. O estudo **“Tecnologias Digitais nas escolas municipais do Brasil”** (CIEB, Fundação Telefônica Vivo e Undime) aponta que 21% das redes ainda não incluem Tecnologia e Computação no currículo dos anos iniciais. No entanto, há avanços: em 2020, apenas 13% tinham aulas de robótica ou programação, segundo o Instituto Locomotiva.

A BNCC estabelece a Cultura Digital como uma das competências essenciais para a formação cidadã. Mas, mais que saber usar um aplicativo, trata-se de desenvolver pensamento crítico, criatividade e resolução

de problemas. É aí que entram abordagens como o STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), que incentivam a interdisciplinaridade e a inovação.

No programa SIMROBÓTICA®, os alunos atuam em equipes e assumem diferentes funções para construir e programar protótipos. As metodologias aplicadas desenvolvem habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais, com aulas que combinam cadernos, tablets e kits tecnológicos. Tudo isso com apoio e formação para os professores, que ganham segurança e suporte contínuo de orientadores pedagógicos.

“O impacto é visível na participação dos alunos e no engajamento nas aulas”, afirma a professora Patrícia Cardoso. Já



Educação tecnológica mão na massa

a professora Tânia Rossi destaca o apoio dos orientadores: “Temos a quem recorrer, isso faz toda a diferença”.

Muito além da tecnologia em sala, trata-se de preparar os es-

tudantes para um futuro mais conectado e justo, com professores mais valorizados e comunidades mais engajadas.

Fábio Duran
Jornalista

CREFITO-3 impulsiona transformação na saúde pública paulista com amplo programa de cooperações técnicas

Resultados já beneficiam 30 milhões de paulistas em mais de 240 municípios

Em um cenário de intensas transformações no campo da saúde pública, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (CREFITO-3) tem ampliado sua atuação estratégica no fortalecimento das políticas públicas de saúde no estado de São Paulo. Por meio do programa de Cooperações Técnicas com municípios paulistas, a autarquia tem contribuído de forma significativa para a qualificação dos serviços de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional no Sistema Único de Saúde (SUS).

Liderado pelo presidente Dr. Raphael Ferris desde 2021, o CREFITO-3 vem adotando uma gestão pautada pela escuta ativa, pela transparência e pelo compromisso com a transformação social. O projeto de cooperação técnica é um dos principais destaques da atual gestão e já contabiliza acordos firmados com mais de 240 municípios, beneficiando diretamente cerca de 30 milhões de habitantes.

O modelo de cooperação é gratuito e se estabelece por meio de Termos de Cooperação Técnica, que formalizam a parceria entre o Conselho e as secretarias municipais de saúde. O objetivo é ampliar o acesso da população aos serviços de Fisioterapia e Terapia Ocupacional com qualidade, base científica e foco na equidade do cuidado.

Como parte do processo, o CREFITO-3 disponibiliza equipes técnicas para realizar diagnósticos situacionais nos mu-



Ações gratuitas do CREFITO-3 apoiam secretarias municipais

nicipios, identificar fragilidades e propor soluções para reorganização de fluxos assistenciais, fortalecimento das linhas de cuidado e ampliação de equipes. As ações seguem os parâmetros da Resolução COFFITO nº 122/1991 e são realizadas em diálogo permanente com as gestões locais.

Além do suporte técnico, o projeto promove educação continuada nos serviços e acompanhamento periódico dos resultados. Segundo o presidente do CREFITO-3, a proposta é atuar como parceiro dos municípios e dos profissionais de saúde.

“Acreditamos que o Conselho deve ser um agente de transformação, não com caráter punitivo, mas colaborativo”, afirma Ferris.

Os resultados do programa são expressivos. Levantamento do CREFITO-3 aponta que houve redução de filas de espera em 41% dos municípios cooperados, reorganização de fluxos em mais de 50%, ampliação das equipes em 53,8% e implantação de ações de educação continuada em 30% dos municípios monitorados.

A atuação do Conselho também tem se estendido à área da formação profissional. Com foco na escassez de terapeutas ocupacionais em muitas regiões do estado, o CREFITO-3 tem promovido articulações com instituições de ensino e gestores públicos para incentivar a abertura de cursos presenciais. Como resultado, novos cursos de graduação em Terapia Ocupacional foram implantados em cidades como São José do Rio Preto, Araçatuba, Jales, Fernandópolis e Tupã.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido levou o CREFITO-3 a receber, em 2023, o prêmio na categoria “Cooperação Técnica e Parceria Institucional” durante a 7ª Confe-

O projeto de cooperação técnica é um dos principais destaques da atual gestão e já contabiliza acordos firmados com mais de 240 municípios, beneficiando diretamente cerca de 30 milhões de habitantes’

rência Nacional dos Conselhos Profissionais, em Brasília. A premiação destacou a efetividade e o impacto do programa de cooperações técnicas na qualificação da assistência à saúde em nível municipal.

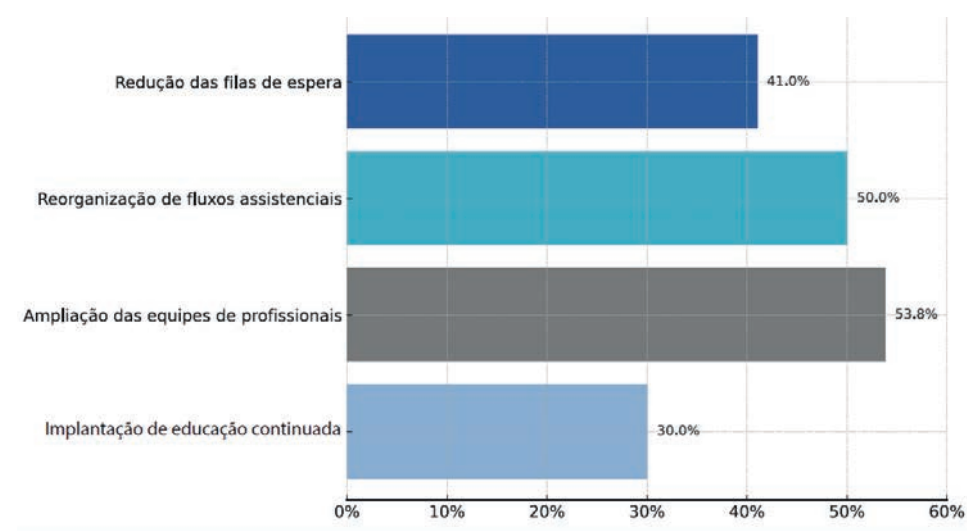
Outro braço de atuação do CREFITO-3 é a Comissão de Assuntos Parlamentares (CAP), responsável pela articulação de projetos de lei voltados ao fortalecimento das profissões. Entre as propostas, estão a obrigatoriedade de fisioterapeutas em maternidades, a inclusão do Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional nos calendários oficiais e a atuação de terapeutas ocupacionais nas escolas.

Com uma gestão voltada ao presente e com olhar para o futuro, o CREFITO-3 reafirma seu compromisso com a valorização profissional e com o fortalecimento da saúde pública nos municípios paulistas.



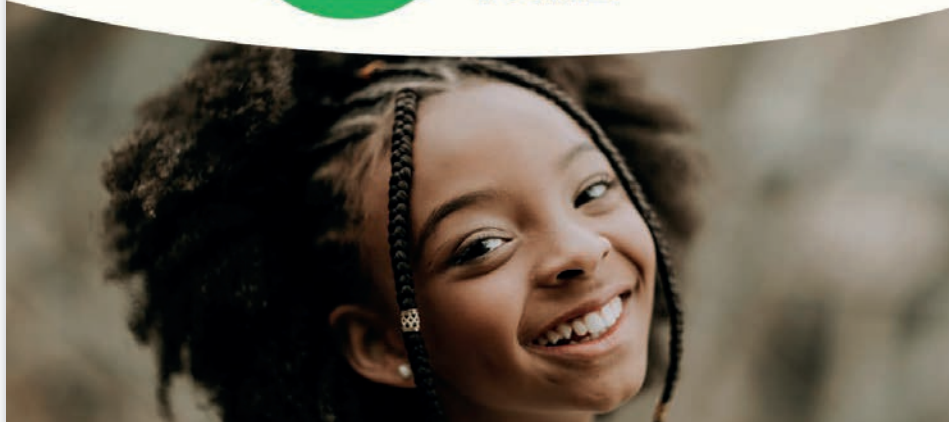
Raphael Ferris, Presidente da Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região - CREFITO-3

Impacto das cooperações técnicas da CREFITO-3 nos municípios paulistas



A Diferença

Registro



Programa Criança Feliz atinge 9 mil visitas

O Programa Criança Feliz realizou mais de 9 mil visitas no primeiro semestre de 2025 em Registro. A iniciativa, coordenada pela Prefeitura, atende gestantes e crianças de 0 a 6 anos cadastradas no CadÚnico. Profissionais capacitados orientam famílias sobre desenvolvimento infantil e fortalecimento de vínculos. As ações são desenvolvidas nos seis Centros de Referência de Assistência Social - CRAS do município.

Inclusão

Osasco avança em leis para autistas e Alzheimer

A Câmara Municipal de Osasco aprovou em primeiro turno, no mês de junho, dois projetos voltados a pessoas com Alzheimer e Transtorno do Espectro Autista (TEA). O PL 25/2025 prevê a criação de carteira de identificação para pacientes com Alzheimer, enquanto o PL 26/2025 institui o Selo Empresa Amiga dos Autistas, incentivando inclusão no mercado de trabalho.



Votuporanga

Ações municipais garantem acolhimento e moradia

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Votuporanga segue mantendo um trabalho contínuo de acolhimento e reinserção social para a população em situação de rua. Recentemente, 10 pessoas receberam atendimento especializado, sendo cinco na Casa Abrigo e cinco em Comunidades Terapêuticas. Além disso, três indivíduos já conquistaram moradia fixa e emprego.

Pindamonhangaba

Projeto leva conscientização animal às escolas

O **Fundo Social Animal de Pindamonhangaba**, por meio do Projeto Antonieta, realiza ações educativas em escolas do município para promover responsabilidade e empatia desde a infância. Até o momento, as atividades já ocorreram em instituições como a Escola João Martins de Almeida, Casas Pia e Colégio Siciliano, e serão expandidas para a rede municipal.



Reconhecimento



Educação em Sumaré recebe reconhecimento

Cinco escolas da rede municipal de Sumaré foram premiadas pelo governo do Estado por meio do programa **Alfabetiza Juntos**, atingindo metas do Índice de Excelência Educacional (IEE). As unidades receberam recursos financeiros, somando R\$ 306.900,00. O IEE avalia proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, taxa de aprovação e complexidade escolar, com base no Saresp.

Sustentabilidade

Descarte consciente

Prefeitura de Jandira abre primeiro Ecoponto

Jandira inaugurou, no início deste mês, o primeiro Ecoponto da cidade. O local receberá materiais recicláveis, resíduos volumosos, entulhos, móveis, eletrônicos, óleo de cozinha e pneus, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A ação visa promover o descarte adequado e a sustentabilidade, e o Ecoponto funcionará com limite de 1 m³ de entulho por dia.



Rio Preto

Câmara aprova reestruturação do Fumdema

A Câmara de São José do Rio Preto aprovou a reestruturação do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Fumdema). O projeto define que o Comitê de Apoio à Gestão será formado pelo secretário de Meio Ambiente, três representantes do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) e um da Secretaria da Fazenda, com função deliberativa sobre projetos e ações.



Socorro

Tecnologia para gestão de resíduos é destaque

Socorro realizou, no final de junho, uma palestra sobre a implantação de usina de plasma para tratamento de resíduos urbanos. O evento apresentou a tecnologia capaz de processar o lixo a temperaturas acima de 15 mil graus Celsius, gerando energia e subprodutos reutilizáveis. O projeto prevê parceria com a iniciativa privada e pode tornar o município pioneiro no país.



Pet Contêiner



Programa Meu Pet chega a Iracemápolis

Iracemápolis é o primeiro de 11 municípios da região a receber o equipamento do programa **Meu Pet**. A unidade oferecerá atendimento veterinário gratuito para cães e gatos, com capacidade para até 10 animais por dia. O espaço de 60 m² conta com estrutura para consultas e procedimentos de baixa complexidade. A prefeitura será responsável pela gestão.

Itararé



Núcleo Ambiental volta com ações educativas

A Prefeitura de Itararé retomou as atividades do Núcleo Ambiental com o projeto **"Conectando com a Natureza"**, que promove educação ambiental por meio de trilhas ecológicas e visitas à Horta Municipal. Alunos da EM Presidente Juscelino Kubitschek e outras escolas já participaram da iniciativa, que inclui atividades interdisciplinares e contato direto com a natureza. O Núcleo, que estava fechado há anos, foi reativado para conscientização ambiental estudantil.



Turismo

Itápolis

Município inaugura obras do mirante e calçadão

O município de Itápolis inaugurou, em 14 de julho, o Mirante Cônego Ednyr e o Calçadão Alcides Côgo revitalizados. As obras, financiadas pelo Dadetur/Setur-SP, totalizaram R\$ 565.901,71. O projeto no Município de Interesse Turístico inclui rampas, escadarias, banheiros para peregrinos, posto de informações turísticas e melhorias na acessibilidade e iluminação. 🏗️



Praia Grande

Projeto interligará Portinho e Parque da Cidade

A Prefeitura de Praia Grande está desenvolvendo um projeto para interligar o Portinho e o Parque da Cidade, formando um complexo turístico de 160 mil m². O plano, que visa fortalecer o turismo e a preservação ambiental, inclui passarela ecológica sobre o manguezal, tirolesa e a revitalização do Portinho, com modernização de quiosques e criação do Museu da Fauna Marítima. 🌿



Turismo Religioso



Guia valoriza religiões ancestrais em São Paulo

A Setur-SP lançou, no início do ano, o Guia Turístico de Religiões de Matrizes Africana e Indígena. A publicação, desenvolvida em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania, mapeia 35 espaços religiosos e culturais em 17 municípios, incluindo locais tombados e centros de formação tradicional. O objetivo é promover a diversidade religiosa e o turismo cultural. 🏛️

Campos do Jordão



Árvores tecnológicas purificam ar em parque

Em Campos do Jordão, o Parque Capivari inaugurou a primeira **Floresta Líquida** do Brasil em um parque de diversões. O projeto possui cinco árvores tecnológicas que filtram o ar usando microalgas, com capacidade equivalente a 200 árvores convencionais. O sistema captura CO2, produz oxigênio e gera biomassa para biocombustíveis em uma operação monitorada em tempo real. 🌱

Consórcio Turístico

Municípios do Litoral Norte têm nova liderança

O Circuito Litoral Norte elegeu o prefeito de Ilhabela, Toninho Colucci, como presidente do consórcio turístico em reunião realizada em Caraguatatuba. A chapa inclui ainda os prefeitos de Caraguatatuba e Ubatuba como vice e secretária. Na ocasião, foram discutidos resultados de 2024-2025 e a organização do **Abeta Summit 2025**, evento de ecoturismo previsto para setembro. 🏞️



Saúde

Indaiatuba

Programa Primeiros Laços amplia atendimento

Indaiatuba ampliou a faixa etária do programa **Primeiros Laços**. Agora, gestantes de 14 a 24 anos podem participar do projeto. Para participar é necessário residir no município, estar na primeira gestação e fazer o pré-cadastro nas UBSs. O programa municipal oferece acompanhamento desde a gestação até os 2 anos da criança, com visitas periódicas de enfermeiras. 🤱



Saúde em Nossas Mãos



Mogi das Cruzes busca segurança hospitalar

O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes foi selecionado para participar do projeto **"Saúde em Nossas Mãos"**, iniciativa do PROADI-SUS que busca reduzir em 50% as infecções relacionadas à assistência à saúde em UTIs até 2026. A ação foi desenvolvida em parceria com seis hospitais de excelência e apoio técnico internacional e busca melhorar a segurança do paciente. 🏥

Nova lei



Sorocaba aprova transparência em filas de saúde

A Câmara Municipal de Sorocaba aprovou, no início de julho, o Projeto de Lei nº 473/2025, do Executivo, que determina a divulgação eletrônica individualizada das filas de espera por consultas, exames e procedimentos na rede pública. Os dados serão atualizados mensalmente, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A nova lei revoga a anterior, de 2013. 📄

Piracicaba

Conferência da Saúde aprova 90 propostas

A 11ª Conferência Municipal de Saúde de Piracicaba, realizada no final de junho, aprovou 90 propostas divididas em cinco eixos temáticos. O evento reuniu mais de 120 participantes, incluindo profissionais da área, servidores públicos, sindicalistas, vereadores e representantes da sociedade civil. As propostas aprovadas deverão ser implementadas nos próximos 4 anos. 🗳️



Ribeirão Pires

Município tem ação contra ausências em consultas

A Prefeitura de Ribeirão Pires lançou a campanha **"Absentismo Zero, Saúde 100%"** para reduzir as faltas em consultas e exames agendados. Atualmente, 37% dos exames não são realizados devido ao não comparecimento. A ação pretende otimizar as filas de espera, junto com mutirões e ampliação de serviços. Nas unidades básicas, o índice de ausências é de 16%. 📊



Tecnologia e Inovação



Santo André

Tecnologia agiliza atendimento de urgência

O município de Santo André implementou os projetos **Onda Verde** e **Samu Digital** para modernizar o atendimento de urgência. O primeiro utiliza semáforos inteligentes que priorizam passagem de ambulâncias, reduzindo o tempo de deslocamento em até 50%. Enquanto o segundo permite videochamadas entre médicos e solicitantes de socorro, antecipando orientações.

Segurança

Jacareí integra programa Muralha Paulista

Jacareí tornou-se a primeira cidade do Vale do Paraíba a integrar o programa **Muralha Paulista**, do governo estadual. A ação permite que imagens captadas por câmeras de reconhecimento facial do Centro de Operações Integradas (COI) sejam cruzadas com o banco de dados da Polícia Civil. Atualmente, 34 câmeras da cidade estão aptas a operar com a nova ferramenta.



Polo Tecnológico

Apeti projeta Olímpia como hub de inovação

A Apeti (Associação das Empresas de Tecnologia e Inovação) expandiu sua atuação para Olímpia, com o objetivo de desenvolver a cidade como polo tecnológico. O projeto replica o modelo de São José do Rio Preto, promovendo inovação, capacitação e conexões de negócios. A associação oferecerá serviços como networking, programas de capacitação e acesso a investidores.



São Carlos



Parceria com SP fortalece ambiente de inovação

Representantes de São Carlos e São Paulo se reuniram para discutir parcerias em inovação e tecnologia. O encontro contou com a participação de instituições como USP, UFS-Car, Sebrae, Senai e ParqTec e apresentou o modelo de Distrito de Inovação da capital como referência. Em São Carlos, o projeto está em fase de planejamento e deve ser incluído no novo Plano Diretor.

Empreendedorismo



Estiva Gerbi retoma atendimento do Sebrae Aqui

Estiva Gerbi reabriu a unidade do **Sebrae Aqui**, serviço que oferece O serviço oferecerá atendimento presencial a empreendedores e interessados em abrir negócios, funcionando de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 13h às 17h. Resultado de parceria entre o Sebrae-SP e a Prefeitura, a ação pretende beneficiar as 1.687 empresas ativas do município.

Redescobrimdo O Interior

Holambra se destaca com flores, eventos e cultura no coração de São Paulo

Cidade atrai com charme europeu, vocação turística e excelência nos serviços públicos



Quem visita Holambra pela primeira vez se surpreende com o equilíbrio entre natureza e urbanismo. Localizada a apenas 130 km da capital paulista, a cidade é um verdadeiro pedaço da Holanda em solo brasileiro — e muito mais do que isso. Com ruas limpas, canteiros floridos, arquitetura típica, clima tranquilo e uma impressionante vocação para o turismo, Holambra se destaca como um dos destinos mais encantadores

do Estado de São Paulo. A cidade é reconhecida nacionalmente pela produção e comercialização de flores e plantas ornamentais, respondendo por quase metade da produção do setor no país. Essa força econômica não apenas impulsiona a fama do município como Capital Nacional das Flores, mas também atrai visitantes o ano inteiro, especialmente durante a Expoflora, maior exposição de flores e plantas da América La-

tina, realizada tradicionalmente entre agosto e setembro.

Mas Holambra vai muito além das flores. Com uma herança cultural holandesa preservada com zelo, a cidade oferece uma experiência imersiva por meio de seus museus, festas típicas, danças folclóricas, culinária e centros de artesanato. O Museu Histórico Cultural de Holambra, por exemplo, guarda memórias dos imigrantes que chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial e fundaram a colônia. Já o Moinho Povos Unidos, com 38 metros de altura, é um dos maiores moinhos típicos fora da Holanda e oferece uma vista panorâmica da região, além de servir como principal cartão-postal da cidade.

Holambra também encanta com seus parques e jardins temáticos, como o Bloemen Park, que apresenta áreas instagramáveis em meio a milhares de flores, e o Parque Van Gogh, que presta homenagem ao famoso pintor holandês. Os visitantes encontram ainda uma excelente infraestrutura de cafés, docerias, restaurantes típicos e lojas de decoração e artesanato, muitas delas especializadas em produtos inspirados na cultura holandesa.

Com todos esses atrativos, a cidade foi escolhida para ser sede da 8ª edição do Conexidades, que acontece de 4 a 8 de agosto, mostrando também seu potencial para receber grandes eventos.

“Holambra é uma cidade privilegiada pela rica herança cultural holandesa, por forte vocação para o turismo e por preservar um padrão de serviços públicos que é referência para todo o Estado. Recebemos, todos os anos, cerca de 2 milhões de visitantes, com impactos sociais decisivos, de geração de emprego, renda e oportunidades. A atividade turística mobiliza os mais diversos setores, sobretudo parques de lazer, gastronomia, hotelaria e a economia criativa. E contribui diretamente para fortalecer o município e tornar possíveis investimentos importantes em infraestrutura, segurança e novos atrativos. Somos uma das 70 estações turísticas de São Paulo e, hoje, um dos mais concorridos destinos em todo o território paulista, com eventos e atividades ao longo de todo o ano”, afirma o prefeito Fernando Henrique Capato.

Cláudia Costa
claudiacs@jornalismo@gmail.com



Foto 1 - (Em cima) A cidade recebe turistas o ano inteiro • Foto 2 - O prefeito Fernando Henrique Capato • Foto 3 - Casas coloridas são o charme do destino • Foto 4 - Escultura de casal holandês • Foto 5 - Parque Van Gogh • Foto 6 - Município é conhecido como Cidade das Flores • Foto 7 - Moinho Povos Unidos, cartão postal da cidade

8º CONEXIDADES

FALAR DE FUTURO É FÁCIL. DIFÍCIL É
CONSTRUÍ-LO COM RESPONSABILIDADE,
CORAGEM E PROPÓSITO.

APRESENTAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



CURADORIA



CONEXÃO
MUNICIPALISTA



PATROCÍNIO



OM30

mêntore
Sonhe e realize



Crefito3
Conselho Regional de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional da 3ª Região



ÁGUAS DE
HOLAMBRA



COPATROCÍNIO



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MEDIA PARTNER



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



APOIO EDUCACIONAL



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

APOIO



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO